

**LEI Nº 4.590, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre a alteração do Anexo I da Lei 4.167 de 26 de março de 2004.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - Fica alterado o Anexo I da Lei 4.167 de 26 de março de 2004 onde estão contidas a denominação, quantidade e composição salarial dos cargos referentes a mesma, que passa a ter a seguinte composição:

**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO**

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	SUBSÍDIO	QUANTIDADE
01	Secretário Municipal de Saúde	DAS-1	R\$ 4.999,20	01
02	Médicos Auditores	DAS-1	R\$ 4.999,20	03
03	Médicos Reguladores	DAS-1	R\$ 4.999,20	02
04	Enfermeiro Regulador	NS-1	R\$ 2.450,00	01
05	Enfermeiro Supervisor	NS-1	R\$ 2.450,00	01
06	Enfermeiro Auditor	NS-1	R\$ 2.450,00	01
07	Contador Auditor	NS-2	R\$ 2.000,00	01
08	Diretor Geral	DAS-1	R\$ 4.999,20	01
09	Diretor Técnico	DAS-1	R\$ 4.999,20	01
10	Secretário Municipal de Saúde Adjunto	DAS-2	R\$ 3.749,40	01
11	Chefe de Departamento	DAS-3	R\$ 2.487,22	07
12	Assessor	DAS-3	R\$ 2.487,22	01
13	Chefe de Setores	DAS-4	R\$ 1.243,61	15

**FUNÇÕES DE CONFIANÇA PRIVATIVA DO PESSOAL DE CÂMARA**

Nº DE ORDEM	DENOMINAÇÃO DO CARGO	SÍMBOLO	SUBSÍDIO	QUANTIDADE
01	Chefe de Seção	FC-2	R\$ 529,93	22
02	Gerente de Unidade de Saúde	FC-3	R\$ 331,24	10
03	Gerente de Programa de Saúde	FC-4	R\$ 331,24	08

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005; 89ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

# Decreto

**DECRETO Nº 4.065, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.500.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais especialmente pela lei nº 4.587, de 05/07/2005...

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
06- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
15.451.2080.1022.022 – Pavimentação de Vias Urbanas	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 1.000.000,00	
15.452.2080.2053.053 – Limpeza de Vias Públicas	
33.90.39.00.00 –Outros Serviços de terceiros- PJ.....R\$ 100.000,00	
15.452.2080.2054.054- Limpeza e Capinação de Terrenos Baldios e Logradouros Públicos	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – PJ..... R\$ 500.000,00	
26.782.2080.057.057 – Conservação e Reforma de Estradas Vicinais	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....R\$ 300.000,00	
15.452.2080.2061.001 – Conservação e Manutenção de Vias Não	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – PJ.....R\$ 500.000,00	
06- Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente	
15.452.2330.2071.071 – Conservação e Reforma de Praças e Jardins	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....R\$ 100.000,00	

**TOTAL R\$ 2.500.000,00**  
**Continuação fls. 02 do Decreto nº 4.065/2005.**

Art. 2º - Para abertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação parcial** das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
15.451.2080.1233.233 – Pavimentação nos Bairros- Jd Iguaçu, Cidade Alta, S. Sebastião I,II,III e Jd. Rondônia	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações ..... R\$ 200.000,00	
15.451.2080.1234.234 – Pavimentação nos Bairros- N.SR. Amparo, Jd. Participação I, II e III, Jd. Sta. Laura e Jd. Res. São José	
44.90.51..00.00- Obras e Instalações.....R\$ 250.000,00	
15.451.2080.1235.235 – Pavimentação nos Bairros- Monte Líbano, Jd. Liberdade, João de Barro e Jd. Buriti	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 250.000,00	
15.451.2080.1236.236 – Pavimentação nos Bairros- Jd. Assunção/ Sta Catarina, Planalto/ Pindorama	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 100.000,00	
15.451.2080.1237.237 – Pavimentação nos Bairros- Jd. Tropical, Gramado, Copacabana, Sta Fé e Vila Castelo	
44;90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 200.000,00	
17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Água Pluvial e Serv. Complementares	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 700.000,00	



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1060 - Quinta-feira, 07 de Julho de 2005

## PODER EXECUTIVO

### Lei

**LEI Nº 4.580, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre as DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS para o Exercício de 2006, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º - A elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2006 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e seus Fundos, entidades da Administração Direta e Indireta, assim como a execução orçamentária obedecerá às diretrizes aqui estabelecidas.

Art. 2º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município para 2006, será elaborado com observância às diretrizes fixadas nesta Lei, aos princípios estabelecidos no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, e do art. 324 da Lei Orgânica do Município de Rondonópolis, a legislação vigente, em especial à Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo Único** - A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

- Orçamento Fiscal;
- Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º - A proposta orçamentária para 2006 conterá metas e prioridades da Administração, estabelecidas no Anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

§ 1º – As metas e prioridades fixadas no Anexo de que trata este artigo terão preferência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2006, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio fiscal que constitui a base que irá assegurar as ações de desenvolvimento visando às melhorias do índice de desenvolvimento humano.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

Expediente	
Prefeito Municipal.....	Adilton Domingos Sachetti
Vice-Prefeito.....	Manoel Machado
Secretaria de Ação Social.....	Rosemari Linde Sachetti
Secretaria de Administração.....	Gastão de Matos
Sec.de Desenv.Econ.e Meio Ambiente.....	Elio Rásia
Secretaria de Educação.....	Professor Javert Melo Vieira
Sec. Esporte, Cultura e Lazer.....	Renato Marcelino Dolce de Souza
Secretaria de Finanças.....	Clóvis Gonçalves Vicentini
Secretaria de Governo.....	Ailton das Neves
Secretaria de Planejamento.....	Eugênia Lemos BarrosBárbara
Secretaria da Receita.....	Edenício Avelino Santos
Secretaria de Saúde.....	Fábio Roberto Ribeiro Cardozo
Sec. Transporte,Transito e Desenv. Urbano.....	João Batista de Oliveira
Procuradoria Geral do Município.....	Adilson Pinto da Silva
CODER.....	Milton Luiz Araújo
SANEAR.....	Marcos Antonio Ribeiro dos Reis
Diário Oficial do Município.....	Luiz Antonio da Silveira Abreu
IMPRO.....	Josemar Ramiro da Silva

a) - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

b) - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e

d) - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo, das quais não resulta um produto, e não geram contrapartida direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º - Cada programação identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades e projetos, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vincula, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1990 do Ministério do Orçamento e Gestão e alterações posteriores.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º - As atividades e projetos serão desdobrados exclusivamente para especificar a localização das respectivas ações, não podendo haver, por conseguinte, alteração da finalidade e da denominação da ação.

Art. 5º - O projeto de Lei orçamentária anual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 30 de setembro de 2005 e será composto de:

- Texto da lei;
- Consolidação dos quadros orçamentários;
- Anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;
- Discriminação da Legislação da receita referente aos orçamentos fiscal e da seguridade social;

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais  
Impressão, Distribuição e Assinatura  
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526  
Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219  
CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6ª das 12 as 18h  
Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000  
Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**  
Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu  
Home page: www.rondonopolis.mt.gov.br  
E-mail: diorondon@rondonopolis.mt.gov.br

Tabela de Preços do Diorondon		
Exemplar do dia no balcão	R\$ 0,50	Entrega domiciliar - Qualquer Município(via correio)
Exemplar do dia anterior	R\$ 0,65	
Assinatura Semestral		Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros:
retirada no balcão	R\$ 50,00	por centímetro linear de coluna
		R\$ 1,20

§ 1º - Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, incisos III, IV, e parágrafo único da Lei nº 4.320/64, os seguintes demonstrativos:

I – Do resumo da estimativa da receita total do município, por categoria econômica;

II – Do resumo da estimativa da receita total do Município, por rubrica e categoria econômica;

III – Da fixação da despesa do Município por função;

IV – Da fixação da despesa do Município por poderes e órgãos;

V – Da receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores aquele em que se elabora a proposta;

VI – Da receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta;

VII – Da receita para o exercício a que se refere a proposta;

VIII – Da despesa realizada no exercício imediatamente anterior;

IX – Da despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta;

X – Da despesa fixada para o exercício a que se refere a proposta;

XI – Da estimativa da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

XII – Do resumo geral da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por categoria econômica;

XIII – Das despesas e receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, de forma agregada e sintética, evidenciando o déficit ou superávit corrente e total de cada um dos orçamentos;

XIV – Da distribuição da receita e da despesa por função de governo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente;

XV – Do quadro geral da receita dos orçamentos fiscal e da seguridade social, isolada e conjuntamente, por rubrica segundo a origem dos recursos;

XVI – Demonstrativo da despesa na forma dos anexos 2 e 6 a 9 da Lei nº 4.320/64;

XVII – Demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XVIII – Descrição sucinta de cada unidade administrativa, competência e legislação pertinente a cada uma delas;

XIX – Demonstrativo da receita e despesas dos Fundos Especiais.

Art. 6º - Para o atendimento do equilíbrio entre a receita e a despesa do Poder Executivo, a cada bimestre, avaliará o comportamento da receita real arrecadada, para que em caso negativo, aplique o limite de empenho, previsto no artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000, comandando-se, por base o percentual não realizado em relação à receita realizada no mesmo período do ano anterior.

§ 1º - Excluem do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município, as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º - Para a aplicação de limitação de empenho e de comprometimento financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos pessoais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000;

III – com pagamento da dívida pública e encargos.

Art. 7º - O Poder Legislativo encaminhará sua proposta orçamentária para 2.006, observadas as determinações contidas nesta Lei e no artigo 29-A da Constituição Federal, até o dia 30 de julho de 2005, para ser compatibilizada com os demais órgãos da Administração.

Art. 8º - Os valores da Receita e da Despesa serão orçados com base na estimativa da arrecadação de 2005, considerando-se as alterações na legislação tributária, a expansão ou diminuição dos serviços públicos e a taxa inflacionária, não superior à dos 12 (doze) meses anteriores ao mês de julho de 2.005.

Art. 9º - A estimativa da receita que constará do projeto da Lei Orçamentária para o exercício de 2006 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 10 - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação do contribuinte e a justa distribuição de renda.

Art. 11 - Constituem as receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III - de transferência por força de mandamento constitucional, ou de convênios firmados com entidades privadas e governamentais em todas as esferas de governo, nacional ou internacional;

IV - de transferências voluntárias definidas pelo Governo Estadual e Federal;

V - de empréstimos tomados por antecipação da receita, autorizados por Lei;

VI - de empréstimos e financiamentos autorizados por Lei específica, vinculadas às obras e/ou serviços públicos;

VI - de transferências do FUNDEF, de acordo com o art. 2º da Lei nº 9424/96;

VII - de doações do setor privado destinado aos programas de incentivo cultural e outros.

Art. 12 - A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá as seguintes diretrizes:

a) – a Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em Lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do artigo 167 da Constituição;

b) – as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização Legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros ou orçamentários;

c) – as despesas com o pagamento da Dívida Pública, Encargos Sociais, de salários e Restos a Pagar, terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Art. 13 - As unidades orçamentárias não poderão ter consignado novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos em andamento e a seu cargo.

Parágrafo Único - Não poderão ser adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja comprometida no físico-financeiro pactuado e em vigência.

Art. 14 - É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus complementos, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de moradores e de doações a título de subvenções sociais, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde ou educação ou estejam regulamentadas no Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 1º - Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2006 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

2º - As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos do Município, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público com o fim de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º - A concessão de auxílios e subvenções dependerá de autorização legislativa através de Lei especial.

Art. 15 - Para os efeitos da ressalva de que trata o artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se irrelevantes as despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites definidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93.

Art. 16 – No exercício de 2006, a concessão de qualquer vantagem, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, poderá ser efetuados, em ambos os Poderes, desde que:

a) - haja prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) - não provoquem desatendimento do limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;

c) - não possibilitem seja ultrapassado aos 95% (noventa e cinco por cento) do limite de gastos com pessoal do respectivo Poder;

d) - não desatendam a restrição imposta pelo artigo 71, da Lei Complementar nº101/00.

Art. 17 - Atingido o limite de despesa total com pessoal, previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar 101/2000, deverão os Poderes Executivo e Legislativo, aplicar o disposto nos artigos 22 e 23 do mesmo instrumento legal.

Art. 18 – A inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de transferência de recursos do município para custeio de despesas de competência de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, mediante convênio, acordo ou ajuste, de acordo com o estabelecido no art. 62 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 19 – As prioridades estabelecidas no Anexo I à presente Lei poderão ser ajustadas na proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas na mensagem de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual e estejam compatíveis com o Plano Plurianual.

Continuação fls. 03 da Lei 4.588/2005.

11 – Fundo Municipal de Educação- FUEFUM  
12.361.2120.2046.046 – Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.....R\$ 35.000,00

13 – Fundo Municipal de Ação Social  
08.244.2360.1071.071 – Programa Mãos Arteiras  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 10.000,00  
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PF.....R\$ 10.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R\$ 19.000,00

TOTAL..... R\$ 348.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da  
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.589, DE 05 DE JULHO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 700.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 700.000,00 ( Setecentos Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
14- Fundo Municipal de Saúde  
10.302.2240.1078.078 – Centro de Atenção Psicosocial – CAP’S  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 10.000,00

10.302.2200.2097.097 – Conservação e Manutenção do Laboratório Central de Patologia Clínica  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 30.000,00

10.301.2230.2100.100 – Manutenção das Atividades do Fundo  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 200.000,00

10.301.2170.2112.112 – Conservação e Manutenção da Clínica de Terapia Renal Substitutiva - Nefrosul  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 250.000,00

10.301.2170.2113.113 – Manutenção do Hospital de Pronto Atendimento de Referência à Saúde da Família  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 200.000,00  
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....R\$ 10.000,00

TOTAL.....R\$ 700.000,00

Continuação fls. 02 da Lei 4.589/2005.

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
14 – Fundo Municipal de Saúde  
10.304.2200.1077.077 – Implementação da Vigilância Sanitária  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo..... R\$ 50.000,00

10.302.2240.1078.078 – Centro de Atenção Psicosocial- CAP’S  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 20.000,00

1-301.2180.2096.096 – Conservação e Reforma de Postos de Saúde, Centros de Saúde e Centros Odontológicos  
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de terceiros - PF..... R\$ 12.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ..... R\$ 20.000,00

04.122.2310.2078.078 – Manutenção das Atividades do Fundo  
33.90.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ.....R\$ 90.000,00

10.302.2230.2100.101 – Gestão Plena do Sistema Municipal- Média Competitiva  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....R\$ 100.000,00

10.301.2230.2104.104 – Convênio c/ Santa Casa e Maternidade de Rondonópolis  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R\$ 120.000,00

10.301.2170.2110.106 – Piso de Atenção Básica – PAB FIXO  
1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R\$ 75.000,00  
1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....R\$ 32.000,00  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 100.000,00

Continuação fls. 02 da Lei 4.589/2005.

10.301.2170.2111.111 – Programa de Apoio à Saúde Familiar e Comunitária – PASFC  
31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas.....R\$ 60.000,00  
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....R\$ 7.000,00  
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....R\$ 10.000,00  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ.....R\$ 4.000,00

TOTAL..... R\$ 700.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da  
Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada  
no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
15.451.2080.1233.233 – Pavimentação nos Bairros- Jd Iguacu, Cidade Alta, S. Sebastião I,II,III e Jd. Rondônia	
44.90.51.00.00 - Obras e Instalações .....	R\$ 200.000,00
15.451.2080.1234.234 – Pavimentação nos Bairros- N.SR. Amparo, Jd. Participação I, II e III, Jd. Sta. Laura e Jd. Res. São José	
44.90.51.00.00- Obras e Instalações.....	R\$ 250.000,00
15.451.2080.1235.235 – Pavimentação nos Bairros- Monte Líbano, Jd. Liberdade, João de Barro e Jd. Burity	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 250.000,00
15.451.2080.1236.236 – Pavimentação nos Bairros- Jd. Assunção/ Sta Catarina, Planalto/ Pindorama	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 100.000,00
15.451.2080.1237.237 – Pavimentação nos Bairros- Jd. Tropical, Gramado, Copacabana, Sta Fé e Vila Castelo	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 200.000,00
17.512.2080.1015.015 – Construção de Galerias de Água Pluvial e Saneamento	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 700.000,00

Continuação fls. 03 da Lei 4.587/2005.

17.512.2080.1016.016 – Ampliação do Sistema de Água e Esgoto	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 800.000,00
<b>TOTAL.....</b>	<b>R\$ 500.000,00</b>

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

#### GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 05 de julho de 2005; 89ª da Fundação e 51ª da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

#### LEI Nº 4.588, DE 05 DE JULHO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 348.000,00.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

#### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 348.000,00 ( Trezentos e Quarenta e Oito Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS	
05- Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2150.1005.005 – Programa de Qualificação dos Profissionais da Educação	
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PF.....	R\$ 20.000,00
12.365.2130.2036.036 – Conservação e Reforma de Creches	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 30.000,00
12.361.2150.2041.041 – Manutenção das Atividades da Secretaria	
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PF.....	R\$ 25.000,00
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 10.000,00
06- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
12.122.2110.2050.050 – Conservação e Reforma de Imóveis Públicos	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – PJ.....	R\$ 75.000,00
04.122.2110.2048.048 – Equipamentos e Material Permanente	
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 100.000,00
07- Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral	
04.122.2110.2060.066 – Equipamentos e material Permanente	
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 80.000,00
16- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer	
04.122.2260.2132.132 – Manutenção do Gabinete	
31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....	R\$ 8.000,00

Continuação fls. 04 da Lei 4.588/2005.

**TOTAL.....R\$ 348.000,00**

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis	
05 – Secretaria Municipal de Educação	
12.361.2120.2038.038 – Conservação e Reforma de Unidades Escolares	
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....	R\$ 36.000,00
12.361.2140.2042.042 – Transporte Escolar	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 5.000,00
06 – Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito	
15.453.2080.2063.063 – Conservação e Reforma de Abrigos em Paradas de Ônibus	
33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....	R\$ 25.000,00
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....	R\$ 25.000,00
15.451.2080.1222.222 – Construção de Ponte na Rua Raimundo de Matos (Centro/ Salmem).	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 100.000,00
09 – Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente	
18.542.2330.1039.039 – Implantação da Usina de Reciclagem e Compostagem do Lixo Urbano	
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....	R\$ 25.000,00
04.122.2310.2078.078 – Manutenção do Setor	
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....	R\$ 58.000,00

**Parágrafo Único** – Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

**Art. 20** – A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

- a) - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
- b) - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 21** – Se a arrecadação da receita estimada na Lei Orçamentária não observar em cada bimestre, o comportamento estabelecido na programação financeira, ambos os Poderes determinarão limitação de suas despesas mediante a aplicação de redutor equivalente ao percentual de queda da arrecadação em face do valor programado, considerada a receita acumulada do exercício, sobre o total dos créditos aprovados de cada Poder.

**§ 1º** - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, no prazo estabelecido no caput do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, as novas estimativas de receitas e despesas, demonstrando a necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos;

**§ 2º** - O valor obtido será reduzido nas dotações escolhidas no âmbito de cada Poder, observado o disposto nesta Lei e na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

**§ 3º** - Quando a queda na arrecadação se der dentre as receitas oriundas do FUNDEF ou de transferências dos Fundos Federal e Estadual de Saúde, a redução será procedida pelo Executivo, no âmbito exclusivo de seus créditos orçamentários.

**§ 4º** - Nenhum dos Poderes poderá limitar despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

**§ 5º** - No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das despesas dos empenhos será limitado dar-se-á de forma proporcional às relações efetivadas no exercício de cada Poder.

**Art. 22** – Se a dívida consolidada do Município ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, na forma do artigo 31 da Lei Complementar

101/2000, cabendo a ambos os Poderes limitar o empenhamento nas respectivas dotações, de maneira proporcional à participação no total orçamentário.

**Art. 23** - O Projeto de Lei Orçamentária, para que a Sistemática da Responsabilidade na Gestão Fiscal possa atingir a sua finalidade, que é o Equilíbrio das Contas Públicas, deve estar vedado no:

**§ 1º** - Através de Ação Planejada e Transparente, cumprir Metas de Resultados entre Receitas e Despesas;

**§ 2º** - Mediante Prevenção de Riscos e Correção de Desvios, Obedecer a Limites e Condições no que tange a:

- a) Renúncia de Receita;
- b) Geração de Despesas com Pessoal, da Seguridade Social e Outras;
- c) Dívidas Consolidada e Mobiliária;
- d) Operações de Crédito, inclusive por Antecipação de Receita - ARO;
- e) Concessão de Garantia;
- f) Inscrição em Restos a Pagar.

**Art. 24** – Para possibilitar o atendimento das metas e prioridade fixadas no Anexo I ou dos programas incluídos na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado proceder a abertura de créditos adicionais, no orçamento de 2.006, até o limite de 20% (vinte por cento) do total da despesa orçamentária fixada, podendo transpor, remanejar ou transferir recursos de uma categoria econômica de programação para outra ou de uma unidade para outra, considerando-se recursos para fim deste artigo, desde que não comprometidos, os previstos no artigo 43 e seus incisos da Lei nº 4320/64.

**Art. 25** – A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

a) – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma do artigo 12 da Lei Complementar 101/2000 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo II da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

b) – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação

de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

**§ 1º** - A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou notificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

**§ 2º** - Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

**§ 3º** - O disposto neste artigo não se aplica:

a) – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao desses respectivos custos de cobrança.

**Art. 26** – No decorrer da execução orçamentária do exercício de 2006, no âmbito de cada Poder, fica autorizada a fixação de um índice de aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo de arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no Artigo 20, Inciso II, da Lei Complementar nº101, 04/05/2000 e desde que compatível com a meta de resultado primário do Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 27** - O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta Lei.

**§ 1º** - As prioridades estabelecidas no Anexo I da presente Lei poderão ser ajustadas à proposta orçamentária, desde que plenamente justificadas.

**§ 2º** - Os programas estabelecidos no Anexo I desta Lei terão prioridade sobre os ajustes verificados na Lei Orçamentária.

**Art. 28** - No Orçamento Anual do Município constarão obrigatoriamente:

- I - recursos destinados à manutenção do Poder Legislativo;
- II - recursos destinados ao pagamento da dívida municipal e seus serviços;
- III - recursos destinados à cobertura de Precatória, conforme dispõe o artigo 100 da Constituição Federal;
- IV - recursos para pagamento de pessoal e seus encargos;

V - recursos destinados à capacitação, treinamento, desenvolvimento, aperfeiçoamento e reciclagem profissional dos servidores públicos, visando a qualidade e a produtividade dos serviços;

VI - recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;

VII - recursos destinados à manutenção do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, conforme art. 2º da Lei Federal nº 9424/96;

VIII - recursos destinados à manutenção dos demais fundos previstos na estrutura administrativa e orçamentária para o exercício de 2006;

IX - recursos destinados a autarquias.

X - recursos destinados a manutenção das ações e serviços públicos de saúde, de acordo com o disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13/09/00

**Art. 29** – O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e conterá, dentre outros, com recursos provenientes de receitas próprias dos órgãos, fundos e entidades que integram exclusivamente este orçamento.

**Art. 30** – Ficam vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e financeira.

**Art. 31** – As alterações orçamentárias relativas à modalidade de aplicação e aquelas em não impliquem em mudanças de grupo de despesas aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais poderão ser modificados pelo Poder Executivo, mediante a edição de decreto, aprovando a alteração no quadro de detalhamento de despesas.

**Art. 32** – As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão o quadro de detalhamento de despesas.

**Art. 33** – Ao projeto de Lei Orçamentária somente não poderão ser apresentadas emendas quando:

I - anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:

- a) recursos vinculados;
- b) recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando suplementados para a própria entidade;

II. – forem relativas a:

- a) dotação para pessoal e encargos sociais;



- b) serviços da dívida;  
c) contrapartida obrigatória do Tesouro Municipal a recursos de transferências do Estado e da União e de financiamentos.

**Art. 34** – Nas emendas relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

**Art. 35** – Durante a execução orçamentária do exercício de 2006, não poderão ser canceladas as dotações previstas para pessoal e encargos sociais e serviços da dívida, visando atender créditos adicionais com outras finalidades, salvo se comprovada a existência de valores excedentes nas respectivas dotações.

**Art. 36** – A inclusão de recursos na Lei Orçamentária de 2006, para o pagamento de precatórios será realizada em conformidade com o que preceitua o art. 100 e seus parágrafos, e o disposto no art. 78 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

**Parágrafo Único** – Os órgãos e entidades da administração pública submeterão os processos referentes a pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município, com vistas ao atendimento da requisição judicial.

**Art. 37** - O Projeto de Lei Orçamentária deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas, observando o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais.

**Art. 38** - A LOA - Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho:

I- À previsão da Receita;

II- À fixação da Despesa.

**Parágrafo Único** – Não se inclui a previsão de autorização para abertura de Crédito Suplementar e contratação de Operações de Crédito, ainda que por ARO - Antecipação de Recursos Orçamentários nos termos da Lei.

**Art. 39** – O Projeto de LOA - Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborado de forma compatível com a LA - Plano Plurianual, com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

**Art. 40** - As Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2006, de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

**Art. 40** - As Emendas ao Projeto de Lei Orçamentária de 2006, de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal.

**I** - Sejam Compatíveis com o Plano Plurianual e com a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**II** - Indiquem os recursos necessários, admitidos, apenas, os provenientes da Anulação de Despesas, excluídas, as que incidam sobre:

- a) Dotações, para Pessoal e seus Encargos;  
b) Serviço da Dívida;

**III** - Sejam Relacionadas:

- a) com a correção de erros ou omissões;  
b) com os dispositivos do texto do Projeto de Lei.

**Art. 41** - A Concessão ou Ampliação de Incentivo ou Benefício de Natureza Tributária que, além de compreender Renúncia de Receita, estiver Acompanhada de Medidas de Compensação, no Exercício em que deva Iniciar sua Vigência e nos 02 (dois) seguintes, só entrará em vigor quando forem Implementadas as Medidas de Compensação.

**Art. 42** – Até 31 de outubro de 2.005 o Executivo deverá submeter ao Legislativo propostas de Alteração da Legislação tributária, que objetivem propiciar condições para o cumprimento de metas bimestrais de arrecadação, a serem implementadas na forma do artigo 13 da Lei Complementar n.º 101/00.

**I** – revisão das taxas, observando sua adequação aos custos dos serviços prestados;

**II** – revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

**III** – imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

**IV** – revisão das alíquotas do Imposto sobre os Serviços de Qualquer Natureza;

**V** – revisão das alíquotas do IPTU;

**VI** – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

**VII** – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça social.

**Parágrafo Único** – Ocorrendo alterações na legislação tributária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes orçamentários, incorporando ao orçamento municipal, mediante abertura de créditos adicionais no decorrer do exercício, observada a legislação vigente.

**Art. 43** - O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

**Parágrafo único** – A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

**Art. 44** – Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de educação, saúde e de saneamento.

**Art. 45** – O Poder Executivo adotará, durante o exercício de 2006, as medidas que se fizerem necessárias, observados os dispositivos legais para dinamizar, racionalizar e equilibrar a execução da Lei Orçamentária:

**Art. 46** – A Lei Orçamentária conterá dotação para Reserva de Contingência no valor até 4% (quatro por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2006, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, além de fonte de recursos destinada a abertura de Créditos Adicionais.

**Art. 47** – As transferências voluntárias de recursos do Município para outro ente da Federação, mediante contrato, convênio, acordo ou outros instrumentos congêneres, dependerão da comprovação por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que atende aos requisitos estabelecidos no § 1º do art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 48** – Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações e adequações necessárias em sua estrutura administrativa, desde que sem aumento de despesa e com o objetivo único de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia ao Poder público municipal.

**Art. 49** – Somente poderão ser incluídos no projeto de Lei Orçamentária, as receitas e a programação de despesas decorrentes de operações

de crédito que já tenham sido autorizadas pelo Poder Legislativo, até 20 de agosto de 2005.

**Art. 50** – O total da despesa da Câmara Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e os honorários inativos, não poderá ultrapassar o percentual de 1% (sete por cento) do somatório da Receita Tributária e das transferências previstas no art. 158 e 159, dos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício financeiro de 2005, cujo parâmetro define o montante da revisão orçamentária destinada ao legislativo relativa ao exercício de 2006.

**Art. 51** – O Projeto de Lei Orçamentária Anual deve primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a Ação Planejada e Transparente, direcionada para a Prevenção de Riscos e a Correção de Desvios capazes de afetar o Equilíbrio das Contas Públicas.

**Art. 52** – Até trinta (30) dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, com vistas ao cumprimento dos resultados estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, Anexo II desta Lei.

**§ 1º** – É vedada a realização de despesas ou assunção de obrigações que não estejam previstas na programação de desembolso.

**§ 2º** – O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, na forma do Anexo 52, da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 3º** – O Relatório da Gestão Fiscal, será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada semestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

**§ 4º** – Até o final dos meses de maio e setembro de 2006 e de janeiro de 2007, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada semestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

**Art. 53** – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o parágrafo 3º do Art. 182 da Constituição federal, observado o disposto no Art. 16 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2.000.

**Art. 54** - O Poder Executivo poderá encaminhar mensagens ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias, ao Orçamento Anual e aos Créditos Adicionais enquanto não iniciada a votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

**Art. 55** – Na hipótese de até 31 de dezembro de 2.005, o autógrafo da Lei Orçamentária para o Exercício de 2.006, não ter sido devolvido ao Poder Executivo, fica este autorizado a executar a programação constante do Projeto de Lei por ele elaborado, em cada mês e até o mês seguinte a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, nos seguintes limites:

**I** – no montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

**II** – 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

**Art. 56** – Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

**Art. 57** – Revogam-se às disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.583, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo, para celebrar CONVÊNIO entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis/Fundo Municipal de Saúde e a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS/IMPLANTAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL A PACIENTES ONCOLÓGICOS, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação da assistência integral a pacientes oncológicos regulados pela Central de Regulação, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar CONVÊNIO com a SANTA CASA DE MISERICÓRDIA E MATERNIDADE DE RONDONÓPOLIS/IMPLANTAÇÃO DE ASSISTENCIA INTEGRAL A PACIENTES ONCOLÓGICOS, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação da assistência integral a pacientes oncológicos regulados pela Central de Regulação.

**Art. 2º** – O presente convênio terá vigência pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da data de assinatura.

**Art. 3º** – O valor global do presente convenio é de R\$ 2.640.000,00 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil reais), e será destinado ao atendimento do objeto disposto no caput do art. 1º.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
14 – Fundo Municipal de Saúde  
10.302.2230.2101.101 – Gestão Plena do Sistema Municipal - Média Complexidade-Oncologia  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - PJ

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.584, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para firmar Convênio com o Governo do Estado do Mato Grosso/Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC e Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – CEPROTEC/MT Unidade de Rondonópolis, para contratação de estagiários dos cursos de profissionalização básica para Pedreiros, Carpinteiros e Encanadores/Eletricistas para atuarem junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral/Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar CONVÊNIO com o Governo do Estado do Mato Grosso/Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC e Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – CEPROTEC/MT / Unidade de Rondonópolis, para contratação de estagiários dos cursos de profissionalização básica para Pedreiros, Carpinteiros e Encanadores/Eletricistas para atuarem junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral/Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º** – Os candidatos deverão estar matriculados nos cursos de profissionalização básica para Pedreiros, Carpinteiros ou Encanadores/Eletricistas, e ter aproveitamento satisfatório, comprovado por atestado exarado pelo Centro Estadual de Educação Profissional e Tecnológica – CEPROTEC/MT / Unidade de Rondonópolis.

**Art. 3º** – A Prefeitura do Município de Rondonópolis disponibilizará 90 (noventa) vagas com carga horária de 08 horas/diárias e pagará aos estagiários, auxílio mensal no valor de 01 (um) salário mínimo vigente no país.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
05 – Secretaria Municipal de Educação  
12.361.2150.2039.039 – Manutenção do Ensino Fundamental  
33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PF

*Continuação fls. 02 – da Lei nº 4.584/2005.*

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.585, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo, para celebrar CONVÊNIO entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a ACIR – Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação do Centro de Informações de Rondonópolis, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar CONVÊNIO com a ACIR – Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação do Centro de Informações de Rondonópolis.

**Art. 2º** – O valor global do presente convênio é de R\$ 17.500.00 (Dezessete mil e quinhentos reais), destinado ao atendimento do objeto disposto no caput do art. 1º.

**Art. 3º** – O CONVÊNIO, reger-se-á pelo disposto no termo, a ser firmado pelos participantes e que passará a fazer parte integrante desta Lei, visando regulamentar as ações das convenientes.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
04.122.2310.2078.078 – Manutenção do Setor  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.586, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para celebrar CONVÊNIO entre a Prefeitura Municipal de Rondonópolis e a ACIR – Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação da ornamentação natalina no município de Rondonópolis-MT, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** usando das atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo, autorizado a celebrar CONVÊNIO com a ACIR – Associação Comercial e Industrial de Rondonópolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, objetivando o repasse financeiro a título de garantir a implantação da ornamentação natalina no município de Rondonópolis-MT.

**Art. 2º** – O valor global do presente convênio é de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), destinado ao atendimento do objeto disposto no caput do art. 1º.

**Art. 3º** – O CONVÊNIO reger-se-á pelo disposto no termo, a ser firmado pelos participantes e que passará a fazer parte integrante desta Lei, visando regulamentar as ações das convenientes.

**Art. 4º** – As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  
09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente  
04.122.2310.2076.076 – Atividades para Decoração Natalina  
15.60.30.00.00 – Material de Consumo  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ

**Art. 5º** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 6º** – Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.587, DE 05 DE JULHO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 2.500.000,00.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DECRETOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 2.500.000,00 (Dois Milhões e Quinhentos Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  
06- Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito  
15.451.2080.1022.022 – Pavimentação de Vias Urbanas  
44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....R\$ 1.000.000,00  
  
15.452.2080.2053.053 – Limpeza de Vias Públicas  
33.90.39.00.00 –Outros Serviços de terceiros- PJ.....R\$ 100.000,00  
  
15.452.2080.2054.054- Limpeza e Capinação de Terrenos Baldios e Logradouros Públicos  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros – PJ..... R\$ 500.000,00  
  
26.782.2080.057.057 – Conservação e Reforma de Estradas Vicinais  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....R\$ 300.000,00  
  
15.452.2080.2061.061 – Conservação e Manutenção de Vias Não Pavimentadas  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de terceiros- PJ.....R\$ 500.000,00  
  
09- Secretaria Municipal de Desenv. Econômico e Meio Ambiente  
15.452.2330.2071.071 – Conservação e Reforma de Praças e Jardins  
33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros- PJ.....R\$ 100.000,00  
  
**TOTAL.....R\$ 2.500.000,00**



UNIDADE RESPONSÁVEL: INST. PREV. ASS. SERV. PÚBLICOS MUN. DE ROO - IMPRO							
PROGRAMA: 4010 - Assistência e Previdência							
INDICADORES: Melhoria na Qualidade do Atendimento ao Servidor							
ÍNDICE RECENTE: 90% ÍNDICE DESEJADO: 100%							
OBJETIVO: Garantir a manutenção das atividades do órgão e buscar um melhor atendimento aos beneficiários do FUNAM							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Adquirir: móveis e equipamentos	P	009 122	Equipamentos Adquiridos	m	2006	6	15
- Manter as atividades Administrativas	A	009 122	Atividades mantidas	unidade	2006	1	550
- Pagar Indenizações e Restituições	A	009 272	Indenizações e restituições realizadas	unidade	2006	1.450	105
- Adquirir: títulos de créditos	P	009 129	Títulos adquiridos	unidade	2006	1	5.180
- Recolher a contribuição Previdenciária	A	009 272	Sector Previdenciário mantido	unidade	2006	1	600
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							6.450

UNIDADE RESPONSÁVEL: FUNDO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA - FUNAM							
PROGRAMA: 5010 - Assistência Médica							
INDICADOR: Taxa de Servidores Atendidos							
ÍNDICE RECENTE: 85% ÍNDICE DESEJADO: 100%							
OBJETIVO: Garantir a manutenção das atividades do órgão e buscar um melhor atendimento aos beneficiários do FUNAM							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Adquirir: móveis e equipamentos	P	010 302	Equipamentos adquiridos	unidade	2006	4	20
- Pagar Indenizações e restituição	A	010 302	Servidores atendidos	unidade	2006	10	6
- Manter as atividades de assistência médica	A	010 302	Atividades mantidas	unidade	2006	1	2.134
- Manter as atividades administrativas	A	010 122	Atividades mantidas	unidade	2006	1	540
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							2.700
TOTAL DA SECRETARIA							9.150

UNIDADE RESPONSÁVEL: RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
PROGRAMA: 9999 - Reserva de Contingência							
INDICADOR: Taxa de Servidores Atendidos							
ÍNDICE RECENTE: 85% ÍNDICE DESEJADO: 100%							
OBJETIVO: Garantir recursos para as situações de riscos fiscais, passivos contingentes e abertura de créditos adicionais.							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Reserva de contingência	A	099 999			2006		3.350
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							3.350
TOTAL DA SECRETARIA							3.350
TOTAL DO ORÇAMENTO							204.807

## LEI Nº 4.581, DE 05 DE JULHO DE 2005.

Dispõe sobre ceder mediante CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO uma área do Grupo Azeite, sendo vedada sua utilização como parte da quadra nº 34, localizada na Vila Celoso, com 50,00 metros, em favor do GRUPO ARRENDATÁRIO DE PESQUISA EDUCACIONAL AMBIENTAL, e dá outras providências.

### O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais...

#### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, mediante CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO, uma área Pública Municipal, pelo período de 10 (dez) anos, medindo 4.750,00 m², caracterizada como parte da quadra nº 34, localizada na Vila Celoso, zona urbana de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, com os seguintes limites e confrontações:

#### → QUADRA "34"

**MATRÍCULA nº:** 67.234 de 02 de setembro de 2004

**ÁREA:** 4.750,00 m²  
**FRENTE:** para a Avenida Francisco Gonçalves de Assis, com 50,00 metros;

**LADO DIREITO:** para a Rua Adriano, com 95,00 metros;  
**LADO ESQUERDO:** para a Rua Inocêncio nº 12, com 95,00 metros;  
**FUNDOS:** para os lotes nº 01,02,03 e 04 da referida quadra, com 50,00 metros.

**Art. 2º** - A área objeto desta concessão, destina-se à construção da sede, área de lazer do Grupo Azeite, sendo vedada sua utilização para outros fins, bem como sua cedência, a qualquer título pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar do recebimento do documento transmissivo da propriedade a ser expedido pelo Poder Público Municipal.

**Cont. fls. 02 - Lei nº 4.581/2005.**

**Parágrafo Único** - Podendo a Prefeitura a qualquer momento rescindir o presente Contrato sem ônus, caso haja Projeto a ser executado na área em questão.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

## LEI Nº 4.582, DE 05 DE JULHO DE 2005.

Dispõe sobre instituir o Fundo Municipal de Investimentos Sociais e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente pelo disposto no § 1º do artigo 9º da Lei Estadual nº 8.059 de 29/12/2003...

#### FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica instituído o Fundo Municipal de Investimentos Sociais, vinculado a Secretaria Municipal de Ação Social, a qual compete a sua implementação e respectivos suportes técnicos e material.

**Art. 2º** - Os recursos auferidos pelo Fundo Municipal de Investimentos Sociais devem ser destinados a permitir que todos possuam acesso a níveis dignos de subsistência e serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, emprego, reforço de renda familiar, qualificação profissional e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

**§ 1º** - Em nenhuma hipótese é permitida a utilização de recursos do Fundo para o pagamento de despesas com pessoal, ou com qualquer atividade-meio.

**§ 2º** - Adotar-se-ão indicadores de resultados, como o Índice de Desenvolvimento Humano ou outros índices oficiais que venham a ser adotado pela Administração Pública.

**Art. 3º** - Fica instituído um comitê para avaliar programas de investimentos sociais de interesse público, bem como para receber as prestações de contas e avaliar seus resultados.

**Parágrafo Único** - O comitê será composto por 06 (seis) membros, sendo 03 (três) indicados pelo Poder Público Municipal e 03 (três) pela Sociedade Civil, são eles:

#### ► Indicados pelo Poder Público Municipal:

- Secretaria Municipal de Ação Social;
- Secretaria Municipal de Saúde;
- Câmara Municipal de Rondonópolis-MT.

#### ► Indicados pela Sociedade Civil:

- Câmara dos Vereadores de Rondonópolis;
- UNISAL - União das Associações de Moradores dos Bairros da Região Salmen;
- UPMB - União Rondonopolitana de Associações de Moradores de Bairros.

**Art. 4º** - Constituem receitas do Fundo Municipal de Investimentos Sociais:

**I** - transferências direta a conta do Fundo pelo Governo do Estado de Mato Grosso;

**II** - transferências à conta do Orçamento Geral do Município;

**III** - transferências da União;

**IV** - auxílios, subvenções e outras contribuições de entidades públicas ou privadas nacionais ou estrangeiras;

**V** - juros, bancas e outros rendimentos de aplicações financeiras, inclusive os decorrentes de cobrança monetária;

**VI** - doações e legados;

**VII** - outros recursos a ele destinados e quaisquer outras rendas obtidas.

**Art. 5º** - Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer as demais normas necessárias à operacionalização do Fundo Municipal de Investimentos Sociais, inclusive quanto às prestações de contas e à avaliação dos resultados.

**Art. 6º** - Independentemente da incidência de outras normas legais, ao Fundo Municipal de Investimentos Sociais são aplicáveis as seguintes regras:

**I** - Fica determinada e autorizada a abertura de conta corrente única e específica em instituição financeira de crédito, oficial ou não, para o recebimento e a movimentação dos recursos financeiros;

**II** - os saldos financeiros verificados no final de cada exercício devem ser automaticamente transferidos, a seu crédito, para o exercício financeiro seguinte.

**Art. 7º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

- 02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis
- 13 - Fundo Municipal de Ação Social
- 08.244.2390.2087.087 - Manutenção das Atividades do Fundo
- 33.90.30.00.00 - Material de Consumo
- 33.90.36.00.00 - Outros Serviços e Terceiros - PF
- 33.90.39.00.00 - Outros Serviços e Terceiros - PJ
- 44.90.51.00.00 - Equipamentos e Material e Permanente

**Art. 8º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 05 de julho de 2005;89º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

## ANEXO II

### Metas Fiscais Da Lei De Diretrizes Orçamentárias 2006

#### Cenário de Metas Fiscais

Para fins de cumprimento do Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, as metas anuais da administração municipal, em valores correntes, relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal, bem como ao montante da dívida pública para o triênio 2006 - 2008 estão evidenciadas nos quadros abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS RONDONÓPOLIS QUADRO A		
	RECEITAS POR FONTES		
ESPECIFICAÇÃO	RECEITA ARRECADADA		
	2002	2003	2004
<b>10000000 RECEITAS CORRENTES</b>			
11000000 Receita Tributária	12.830.681	16.768.293	20.250.302
12000000 Receita de Contribuições	4.497.304	2.732.004	5.637.534
13000000 Receita Patrimonial	676.325	1.337.595	1.601.903
14000000 Receita Agropecuária			
15000000 Receita Industrial			
16000000 Receita de Serviços	9.639.744	9.727.211	12.816.744
17000000 Transferências Correntes	58.194.172	74.338.056	90.718.434
19000000 Outras Receitas Correntes	3.998.009	4.921.870	8.971.217
<b>Total Receitas Correntes</b>	<b>89.836.235</b>	<b>109.825.029</b>	<b>139.996.134</b>
<b>20000000 RECEITAS DE CAPITAL</b>			
21000000 Operações de Crédito		1.641.706	4.837.294
22000000 Alienação de Bens	361.751	210.890	447.422
23000000 Amortização de Empréstimos			
24000000 Transferências de Capital	3.420.052	5.954.191	9.430.246
25000000 Outras Receitas de Capital		18.709	
<b>Total Receitas de Capital</b>	<b>3.781.803</b>	<b>7.806.796</b>	<b>14.714.962</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>93.618.038</b>	<b>117.631.825</b>	<b>154.711.096</b>

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS RONDONÓPOLIS QUADRO B		
	DESPESA REALIZADA		
ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004
<b>30000000 DESPESAS CORRENTES</b>	<b>68.789.598</b>		
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	39.049.182		
31900100 Aposentadorias e Reformas	1.456.879		
31900900 Salário Família	45.214		
31901100 Vencimentos e Vantagens Fixas	30.021.42		
31900300 Pensões	743.84		
31901300 Obrigações Patronais	11.423		
31909100 Sentenças Judiciais	1.000		
31909200 Despesas Exercícios Anteriores	1.461		
32902100 Juros da Dívida Contratada	7.18		
33504300 Subvenções Sociais	81.23		
33901400 Diárias - Civil	2.434		
33903000 Material de Consumo	5.191.732		
33903200 Material Distribuição Gratuita	2.735		
33903300 Passagens e Despesas com Locomoção	10.537		
33903500 Serviços de Consultoria	118.305		
33903600 Outros Serviços de Terceiros - PF	1.876.428		
33903900 Outros Serviços de Terceiros - PJ	19.269.411		
33904700 Obrigações Tributárias e Contributivas	731.028		
33904800 Outros Auxílios Financeiros a Pessoa Física	175.090		
33909200 Despesas Exercícios Anteriores	572.348		
33909300 Indenizações e Restituições	60.742		
44000000 Investimentos	8.699.743		
44704200 Auxílios	70.212		
44905100 Obras e Instalações	7.205.871		
44905200 Equipamentos e Material Permanente	1.129.564		
44906100 Aquisição de Imóveis	294.095		
46907100 Principal da Dívida Contratual	3.473.396		
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>80.962.738</b>		

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS ESTADO DE MATO GROSSO	METAS FISCAIS RONDONÓPOLIS QUADRO B		
	DESPESA REALIZADA		
ESPECIFICAÇÃO	2003	2004	
<b>30000000 DESPESAS CORRENTES</b>	<b>98.448.049</b>	<b>103.742.942</b>	
31000000 Pessoal e Encargos Sociais	43.169.665	53.676.937	
31900100 Aposentadorias e Reformas	1.528.264	1.772.122	
31900300 Pensões	695.517	584.023	
31900900 Salário Família	51.702	46.013	
31901100 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	36.521.463	46.774.219	
31901300 Obrigações Patronais	4.207.969	4.224.488	
31901600 Outras Despesas Variáveis - Pessoal	96.750		
31909100 Sentenças Judiciais	68.000	125.096	
31909200 Despesas de Exercícios Anteriores	204.538		

329021	Juros Sobre a Dívida por Contrato	764.250	950.794
330000	Outras Despesas Correntes	54.514.134	49.115.210
332014	Diárias - Civil	-	-
335041	Contribuições	90.247	26.120
335043	Subvenções Sociais	874.436	974.072
339014	Diárias - Civil	223.921	117.460
339030	Material de Consumo	8.224.979	10.425.090
339032	Material de Distribuição Gratuita	2.904	-
339033	Passagens e Despesas com Locação	7.389	7.085
339035	Serviços de Consultoria	63.500	-
339036	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	3.701.498	2.770.860
339037	Locação de Mão - de - Obra	1.911.935	-
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	37.507.170	31.582.229
339047	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.182.716	433.737
339048	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	122.245	462.213
339091	Sentenças Judiciais	10.000	187.273
339092	Despesas de Exercícios Anteriores	392.625	224.806
339093	Indenizações e Restituições	116.848	310.595
400000	Despesas de Capital	17.009.971	29.290.036
447042	Auxílios	3.817	10.000
449051	Obras e Instalações	9.758.934	21.680.779
449052	Equipamentos e Material Permanente	2.798.918	2.220.488
449061	Aquisição de Imóveis	1.120.474	1.599.754
469071	Principal da Dívida Contratual Resgatado	3.327.828	3.657.108
TOTAL GERAL		115.458.020	133.032.979



UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
PROGRAMA: 2220 – Gestão do Sistema de Saúde							
INDICADOR: Taxa de Mortalidade de Crianças e Adultos / Taxa da População Atendida / Taxa de Leitos Disponíveis							
ÍNDICE RECENTE: 10/1000, 75% e 70% respectivamente ÍNDICE DESEJADO: 5/1000, 85% e 80%, respectivamente							
OBJETIVO: Organizar e gerir as ações e serviços de saúde do município							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter as atividades do Fundo	A	010 301	Fundo Municipal de Saúde mantido	unidade	2006	1	12.300
- Manter o Gabinete	A	010 122	Ações e serviços desenvolvidos	unidade	2006	1	100
- Manter convênio com a Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis	A	010 302	Convênio executado	unidade	2006	1	540
- Manter convênio com consórcio regional de saúde sul de MT – CORESS.	A	010 302	Convênio executado	unidade	2006	1	580
- Implantar e manter o serviço de Oncologia para amamentar a Região Sul – MT	A	010 301	Projeto implantado e mantido	unidade	2006	1	1.427
- Construir o almoxarifado da SMS	P	010 303	Almoxarifado construído	m²	2006	200	100
- Ampliar e reformar do prédio da SMS.	P	010 303	Prédio ampliado e reformado	m²	2006	600	100
- Contribuir ao PASEP	A	009 271	Servidores beneficiados	unidade	2006	1.335	400
- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	010 301	Despesas a pagar	unidade	2006	20	50
- Recolher contribuição previdenciária – Fundo	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006		2.000
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							17.597

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
PROGRAMA: 2230 – Assistência Especializada							
INDICADORES: Taxa de Pessoas Atendidas							
ÍNDICE RECENTE: 70% ÍNDICE DESEJADO: 83%							
OBJETIVO: Implementar serviços especializados que ofereçam suporte às ações da atenção básica							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Incentivar no âmbito do programa nacional de HIV / AIDS e outras DST'S	P	010 301	Incentivo no âmbito do programa implantado	unidade	2006	1	180
- Manter o centro de Atenção Psicossocial – CAPS	P	010 302	Centro mantido	unidade	2006	1	400
- Incentivar a atenção básica dos povos indígenas	P	010 302	População atendida	personas	2006	1.538	100
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							680

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
PROGRAMA: 2240 – Serviço de atendimento Pré-Hospitalar Móvel							
INDICADORES: Taxa da População Atendida							
ÍNDICE RECENTE: 75% ÍNDICE DESEJADO: 88%							
OBJETIVO: Garantir acesso ao serviço de resgate de Urgência / Emergência aos cidadãos de Rondonópolis							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter o serviço de atendimento móvel de urgência – SAMU 192	A	010 301	População atendida	unidade	2006	200	1.600
- Recolher contribuição previdenciária – SAMU	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	200
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							0

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
PROGRAMA: 2250 – Assistência Básica							
INDICADORES: Taxa de Cobertura da População / Acompanhada Pelas Equipes de Saúde da Família / Taxa de Atendimento da População / Taxa de Mortalidade Infantil							
ÍNDICE RECENTE: 70%, 70% e 15/1000, respectivamente ÍNDICE DESEJADO: 80%, 85% e 10/1000, respectivamente							
OBJETIVO: Ampliar o acesso e melhorar a qualidade dos serviços básicos de saúde							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Ampliar e manter o Programa Saúde da Família – PSF	A	010 301	Famílias atendidas	unidade	2006	34 equipes / 34.000 famílias	1.600
- Construir e ampliar as unidades de Saúde da família, centros de saúde e centros odontológicos	P	010 302	Unidades construídas e ampliadas	unidade	2006	15	200
- Conservar e manter as unidades de saúde da família, centros de saúde e centros odontológicos	A	010 302	Famílias atendidas	unidade	2006	100%	1.000
- Ampliar e manter a saúde bucal	A	010 301	Equipes atendidas	unidade	2006	20 equipes	800
- Ampliar e manter o programa de agentes comunitários de saúde – PACS /	A	010 301	Programa mantido	unidade	2006	85%	1.000
- Manter o hospital municipal – PA.	A	010 301	Hospital mantido	unidade	2006	1	3.500
- Ampliar e reformar do hospital municipal – PA	A	010 301	Hospital ampliado e/ou reformado	m²	2006	1.000m²	200
- Recolher contribuição previdenciária – PSF	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	900
- Recolher contribuição previdenciária PACS / PASFC	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	170

- Recolher contribuição previdenciária – PA	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	350
- Recolher contribuição previdenciária – PAB	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	40
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							12.160

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE							
PROGRAMA: 2260 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial de Média e Alta Complexidade							
INDICADOR: Proporção da População Atendida / Oferta de Internação por Habitante							
ÍNDICE RECENTE: 70%, em apuração ÍNDICE DESEJADO: 80%, 60%							
OBJETIVO: Garantir o acesso universal da população do município aos serviços de Saúde e melhorar a qualidade da assistência Hospitalar, Ambulatorial, e Emergencial							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter FAEC – Fundo de ações emergenciais e de compensação. Caracter as ações de média e alta complexidade.	A	010 302	População atendida	unidade	2006	100%	600
- Conservar e manter a Clínica de Terapia Renal Substitutiva – Centro de Nefrologia	A	010 302	População atendida	unidade	2006	100%	1.300
- Manter Gestão plena do sistema municipal de baixa, média e alta complexidade (setor financeiro hospitalar e ambulatorial)	A	014 302	População atendida	unidade	2006	100%	6.580
- Construir e ampliar o centro de apoio e diagnóstico – CEDAS.	A	010 301	Centro de apoio construído e/ou ampliado	m²	2006	200	100
- Ampliar e reformar a policlínica	P	010 301	Policlínica ampliada e reformada	m²	2006	500	200
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							8.780
TOTAL DA SECRETARIA							42.410

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER							
PROGRAMA: 2400 – Difusão Cultural							
INDICADORES: Taxa de Satisfação da População / Taxa de Atividades Culturais Ofertadas							
ÍNDICE RECENTE: 78% e 80%, respectivamente ÍNDICE DESEJADO: 85% e 90%, respectivamente							
OBJETIVO: Garantir espaço cultural destinado ao desenvolvimento artístico no município							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Realizar despesas com eventos artísticos e culturais tradicionais do município	A	013 392	Eventos realizados	unidade	2006	4	400
- Manter as atividades da cultura	A	013 392	Atividades culturais mantida	unidade	2006	8	800
- Construir centros de eventos	P	013 392	Centro de eventos construídos	unidade	2006	300	50
- Adquirir equipamento para a cultura	P	013 392	Equipamentos adquiridos	unidade	2006	6	100
- Apoiar os músicos artísticos e à produção cultural	A	013 392	Artistas do município	porcentual de satisfação dos artistas do município	2006	85%	120
- Ampliar e reformar o centro cultural José Solórzano	P	013 392	Centro cultural ampliado e reformado	m²	2006	600	50
- Implantar bibliotecas comunitárias	P	013 392	Bibliotecas implantadas	unidade	2006	3	50
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271/272	Contribuição a previdência	unidade	2006	2	90
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							1.660

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER							
PROGRAMA: 2410 – Desenvolvimento do Esporte							
INDICADORES: Grau de Satisfação dos Atletas / Taxa da População Beneficiada							
ÍNDICE RECENTE: 70% e 60%, respectivamente ÍNDICE DESEJADO: 83% e 70%, respectivamente							
OBJETIVO: Garantir espaço público destinado ao esporte e lazer							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter o gabinete do secretário	A	004 122	Gabinete do Secretário Mantido	unidade	2006	1	170
- Construir pistas para prática de "SKATE"	P	027 812	Pista implantada	m²	2006	200	60
- Realizar jogos regionais e estaduais intermunicipais	A	027 812	Jogos realizados	unidade	2006	1	100
- Apoiar ao esporte amador e profissional de Rondonópolis	A	027 812	Clubes beneficiados	unidade	2006	20	110
- Apoiar a atividade das escolinhas de futebol do município	A	027 812	População beneficiada	unidade	2006	300	30
- Construir quadras de areia	P	027 812	Quadras construídas	m²	2006	600	60
- Conservar e reformar praças de esporte	A	027 812	Prac. e esportes mantidas	unidade	2006	5	100
- Manter as atividades do esporte	A	027 812	Atividades de esporte mantida	unidade	2006	6	550
- Manter e reformar mini-estádios e campo de futebol	P	027 812	Prac. e esportes mantidas	m²	2006	266	220
- Pagar despesas de exercícios anteriores	A	004 122	Despesas a pagar	unidade	2006	12	20
- Adquirir equipamentos para o esporte	P	027 812	Equipamentos adquiridos	unidade	2006	10	60
- Construir e ampliar quadras, mini-estádios, campo de futebol e outras instalações	P	027 812	Unidades esportivas construídas	m²	2006	1.500	120
- Construir e ampliar quadras poliesportivas	P	027 812	Quadras construídas	m²	2006	800	120
- Construir praças de esporte	P	027 812	Prac. esportivas construídas	m²	2006	10.000	250
- Construir e ampliar ginásio e praças poliesportivas	P	027 812	Quadras esportivas construídas	m²	2006	1.600	200
- Recolher contribuição previdenciária	A	009 271/272	Contribuição mantida	unidade	2006	2	30
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							2.200

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE							
PROGRAMA: 2400 – Eletricificação Rural							
INDICADORES: Taxa da População Beneficiada							
ÍNDICE RECENTE: 80% ÍNDICE DESEJADO: 87%							
OBJETIVO: Garantir a manutenção e a rede de eletrificação rural							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Ampliar a rede de eletrificação rural e serviços complementares	P/A	025 752	Rede de eletrificação rural ampliada e mantida	m	2006	66	10
- Conservar e manter a rede de eletrificação rural	A	025 751	Rede de eletrificação rural mantida	m	2006	66	10
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							20

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE							
PROGRAMA: 2280 – Produção e Abastecimento							
INDICADOR: Taxa de Pequenos Produtores Atendidos							
ÍNDICE RECENTE: 20% ÍNDICE DESEJADO: 25%							
OBJETIVO: Garantir a implantação da central de abastecimento e o apoio aos pequenos produtores rurais							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Manter programa de apoio à pequenos produtores rurais	P	020 605	Pequenos produtores rurais atendidos	unidade	2006	50	100
- Manter auxílio financeiro aos prod. movimento trabalhadores rurais sem terra	P	004 122	Pequenos produtores rurais atendidos	unidade	2006	20	5
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							105

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE							
PROGRAMA: 2290 – Abastecimento de Água Rural							
INDICADOR: Taxa de produtores rurais beneficiados							
ÍNDICE RECENTE: 78% ÍNDICE DESEJADO: 85%							
OBJETIVO: Garantir abastecimento de água na zona rural							
Descrição da Ação	Tipo	Função/Subfunção	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ Mil)
- Conservar e reformar o sistema de abastecimento de água rural	A	017 511	Abastecimento de água rural conservado e reformado	m	2006	2,1	50
- Ampliar o sistema de abastecimento de água rural	P	017 511	Sistema de abastecimento de água rural ampliado	m	2006	2,8	50
- Manter o centro de abastecimento (férica da vila aurora)	A	020 605	Centro de abastecimento mantido	m²	2006	5000	20
- Qualificar mão de obra rural	A	020 605	Mão de obra qualificada	unidade	2006	100	20
TOTAL DO PROGRAMA NA UNIDADE							140

UNIDADE RESPONSÁVEL: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE			
--	--	--	--



